

**A ATUALIDADE DAS IDEIAS DE NICOS POULANTZAS NO ENTENDIMENTO DAS
POLÍTICAS SOCIAIS NO SÉCULO XXI**

**LA ACTUALIDAD DE LAS IDEAS DE NICOS POULANTZAS PARA LA COMPRESIÓN
DE LAS POLÍTICAS SOCIALES EN EL SIGLO XXI**

**THE TOPICALITY OF NICOS POULANTZAS'S IDEAS ON THE UNDERSTANDING OF
THE SOCIAL POLICIES IN THE XXI CENTURY**

Lúcia Maria Wanderley Neves¹

Marcela Pronko²

Resumo: Este artigo tem uma dupla e concomitante finalidade: homenagear Nicos Poulantzas (1936-1979) no ano do transcurso dos trinta anos de sua morte, apresentando uma leitura das suas contribuições ao estudo do Estado e das políticas sociais no capitalismo, e ressaltar aspectos da atualidade do seu pensamento para a compreensão da formulação e do desenvolvimento das políticas sociais de nossa época, caracterizada pela vigência de um novo imperialismo.

Palavras-chave: Nicos Poulantzas. Teoria do Estado. Políticas sociais.

Resumen: Este artículo tiene una doble y concomitante finalidad: homenajear a Nicos Poulantzas (1936-1979) a los treinta años de su muerte, presentando una lectura de sus contribuciones para el estudio del Estado y de las políticas sociales en el capitalismo, y destacando aspectos de la actualidad de su pensamiento para entender la formulación y el desarrollo de las políticas sociales de nuestra época, caracterizada por la vigencia de un nuevo imperialismo.

Palabras clave: Nicos Poulantzas. Teoría del Estado. Políticas sociales.

Abstract: This article has two and concomitant aims: to pay tribute to Nicos Poulantzas (1936-1979) 30 years after his death, with a reading of his contributions to the study of the State and social policies in capitalism, and to point out aspects of the actuality of his thought for understanding formulation and development of social policies in our days, characterized by the prevalence of a new imperialism.

Key-words: Nicos Poulantzas. Theory of the State. Social Policies.

Introdução

Com vistas a homenagear Nicos Poulantzas³ (1936-1979) no transcurso dos trinta anos de sua morte, pretendemos neste texto evidenciar aspectos importantes da atualidade do seu pensamento, a partir do exame de suas contribuições ao estudo da natureza do Estado capitalista e das funções econômicas e político-ideológicas das políticas sociais.

Centraremos nossas reflexões nas idéias veiculadas em duas publicações: “As transformações atuais do Estado. A crise política e a crise do Estado”, texto inserido na coletânea *A crise do Estado*, organizada pelo próprio Poulantzas e editada inicialmente na França, em 1976, e, em Portugal,⁴ em 1978

(POULANTZAS, 1979), e o livro *O Estado, o poder e o socialismo*, de sua autoria, publicado na França, em 1978, e, no Brasil, dois anos depois, pela Edições Graal (POULANTZAS, 1980).

Nessas obras encontram-se alguns elementos fundamentais para o entendimento do mundo contemporâneo: a teoria relacional do Estado capitalista, explicitamente enunciada e uma “teoria das políticas sociais”, implicitamente formulada a partir das novas funções que o Estado capitalista passa a assumir no capitalismo monopolista.

Poulantzas, ao mesmo tempo em que apresenta novas determinações ao conceito de Estado, acrescentando elementos novos ao movimento de ampliação detectado, no início do século XX, pelo pensador italiano Antonio Gramsci, fornece aos cientistas sociais e, em especial aos educadores, argumentos sólidos sobre a natureza e a dinâmica das políticas sociais na contemporaneidade.⁵ Nesse sentido, consideramos que suas contribuições teóricas continuam atuais, ajudando a compreender as redefinições processadas no papel do Estado nos últimos trinta anos em nível mundial e no Brasil.

A teoria relacional do Estado: principais características

No seu último livro, *O Estado, o poder e o socialismo*, que tomamos como uma das referências principais para este artigo, Poulantzas (1980) retifica algumas das suas análises anteriores sobre a relação entre o Estado, o poder e as classes sociais, aprimorando assim uma das suas principais contribuições teóricas, qual seja a chamada “teoria relacional do Estado”.⁶ Mas, para Poulantzas não se trata, nem poderia tratar-se numa perspectiva marxista, de uma teoria geral do Estado, entendido como generalização abstrata e trans-histórica aplicável a qualquer sociedade, senão de uma teoria do Estado capitalista, ou seja, da natureza específica que assume o Estado no modo de produção capitalista. Entretanto, ele próprio adverte que essa teoria só terá caráter científico se for capaz de explicar tanto a reprodução quanto as transformações de seu objeto nos lugares em que elas efetivamente ocorrem, isto é, nas formações sociais concretas, lugares da luta de classes.⁷ Essa distinção entre modo de produção e formação social concreta apresenta-se como fundamental na construção teórica de Poulantzas (2008),⁸ dado que “as formas sociais são o *lugar real* de existência e de reprodução, portanto do Estado em suas formas diversas, as quais não podem ser deduzidas do modelo capitalista de Estado que designa um objeto abstrato-formal” (POULANTZAS, 1980, p. 29, grifo nosso).

Contra essa concepção formalista, o autor distingue e critica as concepções de Estado que encaram as relações entre o político-Estado e o econômico como relações de exterioridade de princípio. Para ele não há um espaço (instância) específico e invariante do político, materializado no Estado, que possa ser compreendido de maneira autônoma de um espaço também específico e invariante do econômico, travando entre si relações de exterioridade segundo suas próprias leis de funcionamento interno.⁹ Muito pelo contrário, para Poulantzas, o político-Estado, o que também é válido para a ideologia, embora sob formas diferentes, sempre esteve **constitutivamente** presente nas relações de produção da existência e, assim, na sua reprodução. Portanto, a separação entre Estado e economia “é a forma precisa

que encobre, sob o capitalismo, a presença constitutiva do político nas relações de produção [da existência] e, dessa maneira, em sua produção” (POULANTZAS, 1980, p. 23).

Essa “intervenção” constitutiva do político-Estado (ou político-ideológico) nas relações de produção e reprodução da existência não é, portanto, uma intervenção *de fora*, tal e como é colocada pela doutrina liberal de Estado, mas uma imbricação específica, determinada e determinante, entre as relações de produção (espaço específico de constituição das classes) e as relações de dominação/subordinação político-ideológica que, sob o capitalismo, constitui a ossatura material própria do Estado capitalista.

A materialidade institucional do Estado baseia-se, assim, na separação relativa do Estado e das relações de produção sob o capitalismo. O fundamento dessa separação “consiste na especificidade das relações de produção capitalistas e na divisão do trabalho a que induzem” (POULANTZAS, 1980, p. 59), ou seja, no próprio processo de constituição das classes em luta.

Isso permite apontar outros dois desdobramentos importantes. Em primeiro lugar, o Estado capitalista, enquanto Estado de classe, constitui a burguesia como classe politicamente dominante. Entretanto, essa natureza de classe do Estado não é absoluta nem homogênea mas relacional, implicando ao mesmo tempo a inscrição permanente das classes dominadas na própria ossatura material do Estado. Examinemos esses elementos, pois eles constituem o cerne da teoria relacional do Estado.

Para Poulantzas, o processo de organização do Estado capitalista não é o resultado da existência prévia de uma burguesia já consolidada como classe dominante que o criaria ou utilizaria como “simples apêndice” do exercício da sua dominação (visão instrumental do Estado). O próprio processo de organização do Estado é parte constitutiva do estabelecimento de relações de produção capitalistas como processo histórico específico que constitui as classes em luta. Nesse sentido, o Estado deve ser entendido como uma relação, “mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado” (POULANTZAS, 1980, p. 147).

Entender o Estado como relação permite compreender as funções diferenciadas que ele desempenha, como resultado da sua configuração específica, no que diz respeito às classes dominantes e às classes dominadas. Em relação às classes dominantes, o Estado representa e organiza o interesse político de longo prazo do bloco no poder, entendido não como bloco monolítico, mas como unidade conflitual entre classes e frações de classes, sob a hegemonia e direção de uma classe ou fração hegemônica. Isso é possível, segundo o autor, porque o Estado detém uma autonomia relativa em relação a classes e frações de classe particulares, representando o interesse político de longo prazo da burguesia em seu conjunto, isto é, do capitalista coletivo, embora o faça sob a direção de uma dessas classes ou frações.¹⁰

Entretanto, isso não implica o desaparecimento das contradições que permeiam as relações entre as classes e frações dominantes: a própria política do Estado deve ser compreendida como o resultado dessas contradições que se manifestam na própria ossatura material do Estado e determinam sua organização específica. As contradições intraclasses dominantes “assumem no seio do Estado a forma de

contradições internas entre os diversos ramos e aparelhos do Estado, e no seio de cada um deles, conforme as linhas de direção ao mesmo tempo horizontais e verticais” (POULANTZAS, 1980, p. 153). Assim, a política de Estado pode parecer incoerente e caótica, mas constitui a materialização do processo efetivo de contradições internas, configurando-o como lugar de organização estratégica da classe dominante.¹¹ Dessa forma, o nível de correlação de forças em cada formação social concreta e em cada conjuntura específica indica o grau de contradição presente na organização interna do Estado.

Porém, o Estado condensa não apenas a relação de forças entre as frações do bloco no poder, mas também a relação de forças entre as classes dominantes e as classes dominadas. Assim, “os aparelhos de Estado organizam-unificam o bloco no poder ao desorganizar-dividir continuamente as classes dominadas, polarizando-as para o bloco no poder e ao curto-circuitar suas organizações políticas específicas” (POULANTZAS, 1980, p. 162). A aparelhagem estatal consagra e reproduz a hegemonia ao estabelecer um jogo de **compromissos variáveis e provisórios** entre o bloco no poder e determinadas classes dominadas, de acordo com correlações de forças sempre específicas. Dessa forma, o autor afirma que “as lutas populares estão inscritas na materialidade institucional do Estado, mesmo se não se esgotam aí” (POULANTZAS, 1980, p. 167). Segundo Gramsci, elas se fazem presentes, concomitantemente, na sociedade civil, entendida como arena de conflitos, através dos aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2000).¹²

Se, na concepção de Poulantzas (1980, p. 169) condensação material de uma relação de forças e lugar de organização estratégica da classe dominante em sua relação com a classe dominada, ele constitui, portanto, um centro de exercício de poder “mas que não possui poder próprio”. Para Poulantzas, o poder, assim como o Estado, deve ser entendido de forma relacional, isto é, como a capacidade de uma ou de determinadas classes de conquistar seus interesses específicos sempre em oposição à capacidade e interesses de outras classes. Portanto, o poder do Estado (e, na verdade, todo poder) é, no capitalismo, um poder de classe¹³ na medida em que “o poder de classe é a base fundamental do poder em uma formação social dividida em classes cujo motor é a luta de classes” (POULANTZAS, 1980, p. 50).

Até agora concentramo-nos em explorar o caráter relacional do Estado na concepção de Poulantzas. Mas não podemos esquecer que, ainda segundo o autor, esse caráter se condensa em uma materialidade específica: aquilo que ele chama de ossatura material do Estado, isto é, a forma específica de organização em aparelhos que garante o exercício sempre precário (no sentido de inacabado) da dominação. Assim:

A relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de *consenso*, possui sempre um *substrato material*. Entre outros motivos, porque o Estado, trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando estas medidas refletem concessões impostas pela luta das classes dominadas (POULANTZAS, 1980, p. 36, grifo do autor).

Nesse quadro, as práticas do Estado, desenvolvidas particularmente através das leis e das políticas, detêm um papel importante na constituição do Estado capitalista. Elas encerram

concomitantemente negatividade (coerção) e positividade (consenso) porque expressam, de forma contraditória, a presença subordinada das classes dominadas na própria materialidade do Estado. Assim, ao mesmo tempo em que oprimem as classes dominadas, buscam sua adesão ao projeto dominante pela absorção das suas demandas reais. Nesse sentido, o Estado capitalista assume um papel fundamental de educador¹⁴ das classes desenvolvendo, através das suas práticas e aparelhos, intensa atividade pedagógica de conformação, exercitando uma “pedagogia da hegemonia” (NEVES, 2005), baseada na organização/desorganização estratégica das classes em luta.

Ao inscrever a luta de classes e, mais particularmente, a presença das classes dominadas na própria materialidade do Estado, recolocando sua natureza relacional como condensação material de uma relação de forças, Poulantzas amplia o conceito de Estado, introduzindo novas determinações para sua compreensão, na esteira de um processo de ampliação conceitual que reconhece uma linhagem específica dentro do marxismo (COUTINHO, 1987). Ao mesmo tempo, ao destacar o caráter constitutivo do político-Estado nas relações de produção e reprodução da existência e, portanto, sua “intervenção” permanente no “econômico”, cuja separação se apresenta como forma específica de encobrir essa indissociabilidade no capitalismo, abre a possibilidade de compreensão mais ampla das chamadas “políticas sociais” no capitalismo contemporâneo, inclusive em tempos de profundas redefinições funcionais processadas a partir do chamado neoliberalismo.

As políticas sociais: seus limites e suas possibilidades nas relações sociais capitalistas

Poulantzas não se propôs a construir uma teoria sobre a natureza das políticas sociais ou simplesmente sobre a questão social. Isto porque, para ele, a questão social se insere entre as novas funções econômicas e político-ideológicas assumidas pelo Estado capitalista na sua fase monopolista, razão por que inclui suas ideias sobre as políticas sociais na terceira parte do livro *O Estado, o poder e o socialismo*, denominada “o Estado e a economia hoje”.

Ele inicia este capítulo anunciando que a análise das funções do Estado (e do poder) capitalista não pode se circunscrever apenas a questões da economia, a seu relacionamento com as relações de produção e com a divisão social do trabalho. Em cada fase ou estágio do capitalismo, as ações estatais em seu conjunto, de modo específico, “quer se trate da violência repressiva, da inculcação ideológica, da normalização disciplinar, da organização do espaço e do tempo ou da criação do consentimento”, se relacionam com essas funções econômicas (POULANTZAS, 1980, p. 187).

Esta primeira afirmação, que pressupõe uma indissociabilidade entre estrutura e superestrutura, retoma a noção gramsciana de bloco histórico e se posiciona na contramão das interpretações recentes do papel das políticas sociais, que realizam um corte entre essas duas dimensões do ser social e, ainda, daquelas interpretações economicistas que desconsideram a autonomia relativa das relações superestruturais em face das alterações ocorridas na produção material da riqueza.

Na acepção de sociedade como bloco histórico, conteúdo econômico-social e forma ético-política identificam-se, de maneira concreta, na arquitetura e dinâmica dos vários períodos históricos.

Convém frisar que a distinção entre “conteúdo” e “forma” é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem as ideologias, bem como estas seriam fantasias individuais ou grupistas sem a contribuição das forças materiais (GRAMSCI, 1999, p. 238).

Entre estrutura e superestrutura existe, portanto, um nexos necessário e vital. A relação de reciprocidade entre forças materiais e ideologias aponta para uma possibilidade concreta de o desenvolvimento histórico das formações sociais capitalistas ser uma resultante da simultaneidade entre instrumentos de coerção, persuasão das forças político-sociais em disputa pela hegemonia e alterações concretas nas forças materiais de produção social (NEVES, 2005).

A reflexão poulantziana sobre a economia e a política teve como foco as mudanças qualitativas ocorridas no decorrer do século XX, no capitalismo no seu estágio monopolista.¹⁵ Ele identificou que, com o seu desenvolvimento histórico, ocorreram mudanças qualitativas no papel desempenhado pelo Estado na acumulação e reprodução do capital, quando uma série de domínios que até então eram tido como marginais para esse processo passam a ser considerados como centrais, como, por exemplo, a qualificação da força de trabalho, o urbanismo, a saúde, o meio ambiente, os transportes, entre outros.

Observou ainda que, no estágio do capitalismo concorrencial e mesmo nos anos iniciais do capitalismo monopolista, as principais tarefas do Estado consistiam em organizar materialmente o espaço político-social da acumulação do capital, pois suas funções estritamente econômicas estavam subordinadas às repressivas e ideológicas. Movimento que vai se invertendo ao longo do século XX, quando o conjunto das operações do Estado se reorganiza em relação ao seu papel econômico.

Dessa forma, pois, estabelece-se uma nova dialética entre economia e política. Doravante, não só as funções político-ideológicas do Estado se subordinam à sua intervenção econômica, mas o ideário mercantil passa a se constituir no substrato ideológico que direciona o conjunto das relações sociais. Esta metamorfose contribui decisivamente para a materialização do fenômeno, tão claramente percebido nos anos de novo imperialismo (HARVEY, 2005), denominado de mercantilização da vida.

Além de apreender com clareza o papel da aparelhagem econômica nas metamorfoses das relações sociais capitalistas em seu conjunto, nas décadas finais do século XX Poulantzas (1976; 1978; 1980) contribui decisivamente ainda para a compreensão da natureza político-ideológica das políticas sociais no mundo contemporâneo ao salientar o caráter de classe das ações econômicas estatais. Para ele, a contradição fundamental do conjunto da aparelhagem econômica consiste em ter de dar respostas aos interesses da classe dominante, em especial de sua fração hegemônica e, concomitantemente, responder às demandas polarizadas pela luta das classes exploradas.

Poulantzas (1976; 1978; 1980) acrescenta ainda, na sua elaboração teórica sobre “a questão social”, que as funções econômicas do Estado vêm se tornando historicamente cada vez mais necessárias, embora se desenvolvam de modo desigual nas diferentes formações sociais concretas, sofrendo, inclusive, avanços e recuos, de acordo com os movimentos do capital e do trabalho.

Um outro aspecto realçado por Poulantzas (1976; 1978; 1980) quanto à natureza da intervenção do Estado monopolista na economia, que ajuda a entender sua intervenção na “área social”, consiste no

fato de que o Estado contemporâneo desenvolve ações rentáveis e não rentáveis para o capital, desde que favoreçam a reprodução do conjunto do capital social, incluindo-se nesse universo a reprodução e gestão ampliada da força de trabalho.

O autor constata também que as intervenções econômicas do Estado, por mais heterogêneas que possam parecer, se organizam em torno de um fio condutor: a queda tendencial da taxa de lucro.¹⁶ Elas operam como contratendências a essa queda tendencial, propiciando ao conjunto da economia taxas de lucro médio.

Embora possam ser registradas várias contratendências à queda tendencial da taxa de lucro,¹⁷ Poulantzas elege duas delas como as mais elucidativas das ações econômicas do Estado na atualidade e que interferem diretamente no desenvolvimento das políticas sociais do mundo contemporâneo: a desvalorização de uma parcela do capital constante para elevação da taxa média de lucro e a alta da taxa de exploração e da mais-valia, muito particularmente pela alta da produtividade do trabalho.

Se bem que reconheça que o peso respectivo de uma ou de outra contratendência depende também, em cada formação social concreta, da conjuntura da luta de classes, Poulantzas defende a tese de que “*a contra-tendência principal e dominante à baixa tendencial da taxa de lucro reside, a longo-prazo, na alta, pelo Estado, da taxa de mais-valia e da exploração*” (POULANTZAS, 1980, p. 203, grifo do autor).

A contratendência à alta pelo Estado da taxa de mais-valia e de exploração vem se materializando por meio da alta da produtividade do trabalho¹⁸ e do emprego das inovações tecnológicas, o que confere ao Estado, a partir desse momento, “um papel essencial *na reprodução ampliada da força de trabalho*”, reprodução que se estende para além da qualificação dessa força (POULANTZAS, 1980, p. 203, grifo do autor), abrangendo ações na pesquisa científica e nas inovações tecnológicas, nas reestruturações industriais, no ensino e na formação profissional, na moradia, na saúde, nos transportes, na assistência social, na divisão territorial e no consumo coletivo.

Embora o papel do Estado na reprodução ampliada da força de trabalho responda muito precisamente aos interesses do bloco no poder, Poulantzas (1980, p. 213) ressalta que “as famosas funções sociais do Estado” dependem diretamente “da intensidade da mobilização popular: ora [como] efeitos das lutas, ora [como] tentativa de desativamento antecipado dessas lutas por parte do Estado”. Tal observação permite que se afirme que, de um modo mais geral, o desenvolvimento das políticas sociais nas sociedades capitalistas contemporâneas vêm se constituindo no resultado provisório das tentativas das classes sociais de resolução pelo Estado, entendido como Estado ampliado, das contradições cada vez mais acirradas.

Poulantzas (1976; 1978; 1980) salienta também, quanto ao conteúdo político das ações econômicas do Estado, que estas se destinam primeiramente às massas populares e que seus procedimentos repressivos e ideológicos atuam no sentido de fazer valer para a sociedade em seu conjunto, como universal, a concepção de mundo burguesa.

Contraditoriamente, portanto, o Estado capitalista em sua fase monopolista, em especial nos países de capitalismo central, mas não só, intensifica sua atuação na melhoria da qualidade de vida da força de trabalho, para submetê-la mais fortemente à exploração e dominação burguesas. Essa melhoria real,

mas delimitada, das suas condições de vida e de trabalho, por sua vez, vem contribuindo para arrefecer a luta dos produtores diretos da riqueza material e simbólica contra os expropriadores do seu trabalho, levando a posturas ético-políticas mais próximas ao reformismo político e à conciliação de classes (NEVES, 2005).

Esse engajamento do Estado possibilita, de fato, uma certa regulação política, por meio de um equilíbrio instável de compromissos entre classes e frações de classes. Agudamente, Poulantzas observou que

O Estado organiza e reproduz a hegemonia de classe ao fixar um campo variável de compromissos entre as classes dominantes e classes dominadas, ao impor muitas vezes até às classes dominantes certos sacrifícios materiais a curto prazo com o fim de permitir a reprodução de sua dominação a longo termo (POULANTZAS, 1980, p. 213).

Vale salientar que esse equilíbrio instável de compromissos entre classes e frações de classe, próprio do capitalismo monopolista, também observado por Antonio Gramsci, não se confunde com a concertação social, própria da conciliação de classes do Estado capitalista neoliberal reformulado (da terceira via) (NEVES, 2005). Ele se constitui em um mecanismo de seletividade estrutural do Estado, no qual a concessão de ganhos reais atua, muitas vezes, como estratégia de dominação de classe, mas que pode simultaneamente contribuir para a superação dessas relações.

Ao situar as políticas sociais entre as funções econômicas do Estado na reprodução da força de trabalho, a teoria poulantziana contribui decisivamente para superar uma certa visão dicotômica no tratamento da questão social. Esta visão, ao separar as questões relativas ao trabalho das questões relativas à cidadania, acaba por enfraquecer a organização das classes trabalhadoras, afastando a organização sindical da organização popular, contribuindo dessa forma para circunscrever suas lutas aos contornos “delimitados” das relações sociais capitalistas.

Em termos gramscianos, pode-se afirmar que essa dicotomia no trato das políticas sociais contribui para manter a participação política das classes dominadas no patamar mais elevado do nível econômico-corporativo, aquele que chega a questionar a natureza de classe do Estado capitalista, mas não ajuda a ultrapassar esse limite da consciência crítica coletiva. Pelo contrário, ela contribui para dificultar a superação do nível econômico-corporativo para o nível ético-político da participação popular, aquele estágio da luta que põe em questão a natureza mesma das relações capitalistas de produção (GRAMSCI, 2000).

A atualidade do pensamento poulantziano para a análise do Estado e das políticas sociais no mundo contemporâneo

A crise mundial do modo capitalista de produção da existência, eclodida em 2008, de proporções não claramente dimensionadas até o momento, ao demandar do Estado ações econômicas e ético-políticas efetivas, no sentido de debelá-la ou minorar os seus efeitos, vem contribuindo para pôr em

destaque a atualidade do pensamento poulantziano quanto ao entendimento da natureza do papel do Estado capitalista em sua fase monopolista e da natureza das intervenções do Estado capitalista neoliberal nas áreas sociais.

Até antes da crise, a força de convencimento do ideário neoliberal – tanto em relação às inúmeras possibilidades do mercado de proporcionar, com flexibilidade, a liberdade e a felicidade “de todos” quanto em relação à rigidez do Estado para resolver problemas econômicos e sociais da “nova sociedade do conhecimento” – contribuiu para que a discussão do Estado fosse retirada do debate científico sobre a natureza das relações sociais contemporâneas. Aliás, a hegemonia conquistada pelo ideário e práticas neoliberais clássicas ou reformuladas (NEVES, 2005; MARTINS, 2007) conseguiu retirar da agenda político-científica contemporânea, em boa parte, as explicações sobre a dinâmica social baseadas em análises macroestruturais e circunscreveu o marxismo às páginas do passado.

Em relação ao Estado, as ideias que proliferaram foram as da oposição entre Estado e sociedade civil, pela identificação do Estado com a pura negatividade reguladora e burocrática frente à pura positividade contida na sociedade civil como reino da liberdade. Já em relação às políticas sociais, ganhou força nos anos de capitalismo neoliberal o ideário da desobrigação paulatina do Estado pelas questões sociais.

Poulantzas nos ajuda a compreender que, embora sedutora, esta argumentação ideológica não se sustenta quando confrontada com a realidade das mais diferentes formações sociais na contemporaneidade.

De fato, nesse estágio mais recente do capitalismo, as políticas sociais continuam a se constituir em ação estatal estratégica na reprodução ampliada da força de trabalho, com vistas a reverter a queda tendencial da taxa de lucro capitalista. A diferença entre os anos de Estado neoliberal e os anos de Estado de bem-estar social, no que tange às políticas de reprodução ampliada da força de trabalho, consiste na redefinição da natureza de sua intervenção e não na sua desobrigação.

Quando o Estado produtor direto do aumento da produtividade da força de trabalho se metamorfoseia em Estado gestor da reprodução ampliada do capital e do trabalho, no capitalismo neoliberal, ele se desobriga da **execução direta** de parcela significativa das políticas sociais e amplia consideravelmente o número de parceiros na sua execução, garantindo a sua presença, **ainda que indiretamente**, pela direção e gestão das parcerias, nesse importante segmento de sua política econômica.

Em termos poulantzianos, a privatização das políticas sociais não se configura numa desobrigação do Estado pela questão social, mas numa ação do Estado capitalista neoliberal de reprodução ampliada do capital. A privatização, consubstanciada em empresariamento dos serviços sociais, se constitui concomitantemente em contratendência à queda da taxa de lucro, no que tange à desvalorização de parcela do capital, e em aumento da produtividade do trabalho pelo incremento da superexploração da força de trabalho.

O empresariamento dos serviços sociais cria uma nova burguesia de serviços que ocupa uma posição singular no bloco atualmente no poder. Embora não disponha do poderio econômico do capital

financeiro e do capital industrial, a nova burguesia de serviços ocupa uma função estratégica na política neoliberal. Beneficia-se diretamente da pressão que fazem todas as frações da burguesia pela redução dos gastos sociais governamentais, bem como da campanha neoliberal de estigmatização/desqualificação do serviço público (BOITO JUNIOR, 1999).

Essa nova burguesia de serviços se beneficia, ainda, das políticas de precarização das relações de trabalho, com particular incidência na área social, favorecida pelas medidas de desregulamentação do trabalho implementadas no decorrer dos anos de capitalismo neoliberal, o que contribui decisivamente para o aumento da taxa de mais-valia e de exploração, elevando assim a taxa média de lucro da produção em seu conjunto.

O estímulo pelo Estado ao empresariamento da educação escolar nas últimas décadas no Brasil se inclui entre essas novas estratégias econômicas do Estado capitalista neoliberal de reprodução ampliada do capital, tanto no que diz respeito ao fortalecimento de frações do bloco no poder quanto ao aumento da produtividade da força de trabalho, pela ampliação da mais-valia e da exploração (NEVES, 2002).

O empresariamento dos serviços sociais em geral responde a importantes determinações político-ideológicas: 1) contribui para consolidar a ideologia neoliberal de liberdade de escolha dos consumidores dos serviços; 2) sedimenta a hierarquização e a desigualdade na prestação de serviços, diante dos novos imperativos técnicos e ético-políticos de expansão da cobertura; 3) reforça a ideologia do individualismo como valor moral radical; 4) prepara novos intelectuais orgânicos da nova sociabilidade do capital; e 5) auxilia decisivamente para concentrar a ação estatal nas políticas sociais focais.

Além de coordenador da expansão privatizada das políticas sociais, o Estado neoliberal assume, com seus inúmeros parceiros, em especial a mídia, as igrejas e os empresários, o papel de gestor da desigualdade social pela delimitação dos patamares mínimos de acesso a benefícios sociais. A focalização das políticas sociais na assistência mínima de parcela dos “excluídos” constitui-se em importante recurso de contratendência à queda tendencial da taxa de lucro ao liberar recursos destinados à reprodução da força de trabalho para áreas estratégicas na reprodução ampliada do capital. Ao mesmo tempo, essa diretriz política, ao obrigar uma maior parcela dos trabalhadores a custear, com o seu próprio salário, a reprodução da sua força de trabalho acaba por propiciar o incremento do lucro do produtor capitalista.

Essas ações assistenciais focalizadas do novo Estado gerencial, de alívio à pobreza e de manutenção da paz social, funcionam como estratégias governamentais de manutenção da hegemonia burguesa por meio da descompressão social, como instrumento formador de uma nova socialibilidade do capital, pela promoção de uma cidadania voluntária.

Ao mesmo tempo em que reduzem o patamar mínimo da responsabilidade estatal com a preservação da liberdade individual e a justiça social, essas políticas vêm se constituindo ainda em instrumentos eficazes de cooptação molecular e de grupos ao projeto social e de socialibilidade das classes dominantes, por se constituírem em oportunidades de emprego e de remuneração em tempos de precarização das relações de trabalho e de desemprego funcional.

Elas contribuem, ainda, para reduzir a participação política coletiva da classe trabalhadora ao nível econômico-corporativo mais elementar de defesa dos interesses específicos de natureza localista e, assim, inversamente, tornar mais efetiva a hegemonia do capital monopolista sob a direção intelectual e moral do capital financeiro em escala mundial.

Depois de atravessar sucessivas crises, o capitalismo neoliberal nos anos 2000 redefiniu suas estratégias estatais de reprodução ampliada do capital, entre as quais as de reprodução da força de trabalho.

Nessa perspectiva, o Estado neoliberal, cujas funções econômicas se reduziram a gerir a privatização, a fragmentação e a focalização das políticas sociais, para investir mais diretamente nas políticas de reprodução e de rearticulação das várias frações do capital, vai se constituindo em “Estado necessário” (GIDDENS, 1996, 2001).

A criação burguesa do Estado necessário se manifesta como estratégia de intervenção mais incisiva do Estado no crescimento econômico e na justiça social, por meio de estratégias de alívio à pobreza gerada pelo aumento em proporções sempre crescente da miséria em nível mundial. O Estado necessário, mais próximo do povo, implementa a nova ideologia desenvolvimentista burguesa e as estratégias da nova pedagogia da hegemonia.

Tendo como limite a manutenção das relações capitalistas da produção da existência e o equilíbrio instável do compromisso entre as classes e as frações de classe na atualidade, o Estado necessário, mesmo sem abandonar a política de parcerias e a ideologia da conciliação de classes, recomeça aos poucos a assumir diretamente ações econômicas destinadas a interferir na chamada questão social.

Talvez, no Brasil, a política mais visível nesse sentido seja a expansão do crédito pessoal consignado para ampliação do consumo dos setores de renda baixa da população. Tal medida, ao mesmo tempo em que atua na aceleração do crescimento econômico e contribui para o fortalecimento do capital financeiro, tem papel relevante na manutenção da “paz social”, já que passa a incluir nesse mundo mágico – o mundo do consumo – frações da classe trabalhadora empobrecidas, “excluídas” até então da ciranda financeira.

Outra medida igualmente importante nesse sentido tem sido a retomada, depois de décadas, de uma política estatal voltada para a habitação popular. Ao mesmo tempo em que ajuda a superar a crise na construção civil, motivada pela inadimplência, essa política pode contribuir para arrefecer preventivamente as possíveis mobilizações dos trabalhadores frente à agudização da degradação das condições materiais de existência.

Aliás, no Brasil e na Europa já começam a se tornar mais sistemáticas as práticas políticas da organização trabalhadora de reivindicação ao Estado, da retomada de direitos subtraídos nos anos de “fundamentalismo de mercado”, de reestatização de bancos e de empresas públicas. Vale salientar, nesse contexto, que um dos carros-chefe da agenda política de Barak Obama, nos Estados Unidos, foi a ampliação da ação direta do Estado no desenvolvimento das políticas de saúde e de previdência social.

Embora o processo de privatização da educação escolar tenha se dado em graus bastante diversos nas diferentes formações sociais concretas, pode-se constatar que há atualmente nos organismos internacionais, em especial no Banco Mundial e na Unesco (NEVES; PRONKO, 2008), uma tendência forte à defesa de maior intervenção estatal direta nessa área.

No Brasil, país de forte tendência privatista na área educacional, já se fazem notar algumas ações nesse sentido: universalização do ensino fundamental, majoritariamente estatal, maior ampliação das vagas no ensino médio em instituições públicas e gratuitas, interiorização da educação superior estatal, até então quase que totalmente privada; realização de concursos públicos para ampliação das vagas na educação superior pública, ampliação dos programas de formação técnico-profissional geridos diretamente pelo Estado etc.

Vale ressaltar que essas iniciativas brasileiras, na tentativa de administrar sua forte tendência privatista na área educacional, não vêm seguidas pela redefinição da natureza da educação escolar executada até então. Pelo contrário, a submissão da escola em todos os níveis e modalidades aos interesses econômicos e ético-políticos imediatos do mercado vai cada vez mais se efetivando, na medida em que as tecnologias de informação e comunicação (TICS) entram mais sistemática e intensamente na produção da existência de um conjunto sempre mais abrangente da população e a organização docente e popular em geral corroboram em grande parte, por desconhecimento ou por consentimento, as diretrizes filosóficas e político-pedagógicas das reformas educacionais levadas a termo por representantes e aliados da burguesia brasileira.

Embora o Estado necessário do capitalismo neoliberal reformulado – o neoliberalismo da terceira via – continue a contar com a participação dos mais variados parceiros na execução das ações voltadas para a chamada “área social” ou “terceiro setor” (MONTAÑO, 2002), tende a concentrar suas ações sociais nas mãos do empresariado. Por meio de ações de responsabilidade social, ou seja, de prestação de serviços sociais com vistas à formação de um novo homem e de uma nova cultura cívica, o empresariado em rede, as associações sem fins lucrativos e os governos têm ampliado consideravelmente sua ação na sociedade civil. O próprio Banco Mundial, ampliando o conceito de Estado em um sentido conservador, elege a sociedade civil como espaço homogeneizado de conciliação de interesses, como executora das políticas sociais estatais (DURIGUETTO, 2003; NEVES, 2005; FONTES, 2006; MARTINS, 2007).¹⁹

A crise que ora se propaga coloca para a burguesia brasileira novos problemas que necessariamente obrigarão a redefinir suas ações voltadas para a reprodução ampliada da força de trabalho. As eleições presidenciais que se avizinham serão um palco de debates dessas novas questões: A recessão econômica recém-instalada reduzirá a ação empresarial “na área social”? O Estado necessário terá de retomar mais rapidamente sua ação direta por meio de ações governamentais para garantir o bem-estar social? Qual o limite do retrocesso do Estado ao “fundamentalismo de mercado”? A organização dos trabalhadores romperá com os limites da colaboração, com o ideário da concertação social, exigindo participação substantiva na produção da riqueza e na participação das decisões? Acreditamos que as

reflexões poulantzianas sobre a natureza do Estado capitalista e das políticas sociais podem certamente se configurar em ferramentas teórico-metodológicas eficazes para o entendimento do desenrolar desses novos acontecimentos.

Referências

- BOITO JUNIOR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A dualidade de poderes: Estado, revolução e democracia na teoria marxista*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Democracia: polêmicas, confrontos e direcionamentos*. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro.
- FONTES, Virgínia. Sociedade civil no Brasil contemporâneo. In: LIMA, Júlio; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 201-239.
- GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1996.
- _____. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e futuro da social-democracia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, Maquiavel: notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.
- _____. *Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- MARTINS, André Silva. *Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói.
- MONTAÑO, Carlos. *O terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002.
- _____. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.
- POULANTZAS, Nicos (Org.). *A crise do Estado*. Braga: Moraes, 1979.
- _____. O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 27, p. 105-127, 2008.
- _____. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Notas

- ¹ Pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz). Coordenadora do grupo de pesquisa Coletivo de Estudos de Política Educacional. (CNPq/Fiocruz-EPSJV). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: lucianeves@fiocruz.br
- ² Pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz). Membro do grupo de pesquisa Coletivo de Estudos de Política Educacional. (CNPq/Fiocruz-EPSJV) Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: mpronko@fiocruz.br
- ³ Poulantzas era marxista e membro do Partido Comunista da Grécia. Exilou-se em Paris, onde lecionou a partir de 1960. Foi aluno de Louis Althusser, do qual recebeu forte influência. Sua obra tardia afasta-se decisivamente da influência do mestre. Esse movimento de afastamento do althusserianismo pode ser apreendido, em parte, na leitura do seu artigo “O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau”, de 1976, recentemente publicado no Brasil, na revista *Crítica Marxista*.
- ⁴ A título de curiosidade, vale ressaltar que a edição portuguesa dessa obra foi traduzida pelo escritor português, Prêmio Nobel de Literatura, José Saramago.
- ⁵ Coutinho (1987, p. 79), analisando a contribuição de Poulantzas para a teoria do Estado e da revolução, enuncia que “a formulação até agora mais incisiva [da] teoria “ampliada” do “Estado e [da] concepção processual da transição para o socialismo talvez esteja contida nos últimos trabalhos de Nicos Poulantzas”.
- ⁶ A rica trajetória intelectual de Nicos Poulantzas implicou sucessivas redefinições das suas construções teóricas no sentido de se aproximar de uma teoria do Estado capitalista que fundamentasse de forma coerente sua atuação política. Uma aproximação possível dessa trajetória foi desenvolvida por Codato (2008).
- ⁷ Para Poulantzas (1980, p. 144, grifo do autor), “A urgência teórica é então a seguinte: *compreender a inscrição da luta de classes, muito particularmente da luta e da dominação política, na osatura institucional do Estado [...] de maneira tal que ela consiga explicar as formas diferenciais e as transformações históricas desse Estado*”.
- ⁸ Para uma reflexão do próprio Poulantzas sobre a importância da distinção entre ambos os conceitos.
- ⁹ Dessa forma, Poulantzas se distancia de duas concepções de Estado que, desde vertentes teóricas opostas, acabam confluindo nessa relação de exterioridade: de um lado, a concepção liberal de Estado como Sujeito, isto é, como espaço autônomo das classes que tem vontade própria e representa o bem comum; de outro lado, a visão estreita de um certo marxismo de Estado como Objeto (o “Estado como Coisa”, na denominação de Poulantzas), isto é, como mero instrumento a serviço da classe dominante.
- ¹⁰ Apona Poulantzas (1980, p. 157) que “não apenas essa hegemonia na relação de forças está presente no seio do Estado, mas, da mesma maneira que o bloco no poder só pode funcionar a longo prazo sob a hegemonia e direção de um de seus componentes que o unifique diante do inimigo de classe, o Estado reflete essa situação”.
- ¹¹ Isso permite compreender alguns aparentes paradoxos históricos na perspectiva (real ou ilusória) da “transição para o socialismo”. Nela, Poulantzas adverte, por exemplo, a) que o fato de a esquerda ocupar o governo não significa forçosa nem automaticamente que ela controle realmente os aparelhos de Estado; b) a organização do Estado burguês lhe permite funcionar por deslocamentos e substituições sucessivas, admitindo a permuta entre os lugares do poder real e do poder formal; e c) há de se levar em consideração também se a esquerda controla os núcleos e focos de poder real situados em lugares estratégicos dos diversos setores e aparelhos de Estado (POULANTZAS, 1980, p. 159-160).
- ¹² Embora Poulantzas esteja atento à luta de classes na sociedade, ele se concentra na análise dessa dinâmica na aparelhagem estatal, sem aprofundá-la na dimensão da sociedade civil, como o fez Gramsci.
- ¹³ Embora a problemática do poder não seja o foco da nossa reflexão neste artigo, resulta interessante registrar, pelos seus desdobramentos atuais, as relações entre classe e poder identificadas por Poulantzas e reafirmadas por outros autores (WOOD, 2003). Afirma Poulantzas que “não somente as lutas de classes detêm a primazia sobre o Estado e o ultrapassam, como as relações de poder também ultrapassam o Estado em outro sentido: **as relações de poder não englobam completamente as relações de classe** e podem ultrapassar as próprias relações de classe. [...] Sabe-se agora que a divisão em classes não é o terreno exclusivo de todo poder mesmo sabendo-se que nas sociedades de classe todo poder encobre uma significação de classe” (POULANTZAS, 1980, p. 49, grifo do autor).
- ¹⁴ Para Poulantzas, esse caráter educador do Estado capitalista surge da natureza “aberta” das classes no capitalismo, dado que, diferentemente das relações sociais anteriores, o lugar de classe não está determinado por natureza ou nascimento. Isso faz com que o Estado assuma um papel, até então inédito, de distribuir, repartir os agentes individualizados através das classes, constituindo-se ao mesmo tempo em Estado educador na concepção de Gramsci, isto é, de “criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade” (GRAMSCI, 2000 p. 23).
- ¹⁵ Para Poulantzas (1980, p. 190), “o espaço, o objeto e [...] o conteúdo respectivos do político e da economia se modificam em função dos diversos modos de produção” e nos diversos estágios e fases do capitalismo, devido a sua necessidade incessante de reprodução ampliada.
- ¹⁶ Lei formulada por Marx (1987), na terceira parte do Livro 3 de *O capital*, que trata da relação entre composição orgânica do capital, mais-valia e taxa de lucro. Concebendo a composição orgânica do capital como a razão entre capital constante (meios de produção) e capital variável (força de trabalho), Marx entendia que a acumulação incessante do capital teria como efeito, com o tempo, o aumento mais rápido do valor dos meios de produção do que do valor da força de trabalho, o que levaria tendencialmente à queda geral da taxa de lucro, gerando crise no processo de reprodução ampliada do capital. Isso porque o **capitalista singular** baseia sua taxa de lucro em todo o seu capital, constante e variável, embora a mais-valia seja criada apenas pelo capital variável. Com isso, se a taxa de mais-valia permanecer inalterada, o crescimento gradual do capital constante em relação ao capital variável teria de levar, necessariamente, a uma queda gradual da taxa geral de lucro, **da produção em seu conjunto** (HUNT, 1989, p. 242-245).

- ¹⁷ Marx (1987 apud HUNT, 1989), enumera três dessas contratendências: 1) o “aumento da intensidade de exploração, aumentando a jornada de trabalho e intensificando o trabalho”; 2) a “depressão dos salários abaixo do valor da força de trabalho”, o “barateamento dos elementos do capital constante”; e 3) o “comércio exterior”.
- ¹⁸ O aumento da produtividade do trabalho vem sendo obtido simultaneamente pela substituição da exploração extensiva do trabalho e da mais-valia absoluta pela exploração intensiva do trabalho e da mais-valia relativa, pela internacionalização dos processos de trabalho, pela concentração da exploração extensiva do trabalho nos países periféricos, pela submissão ampliada da força de trabalho às relações capitalistas (socialização do trabalho) e o crescente primado do “trabalho morto” sobre o “trabalho vivo” (POULANTZAS, 1980, p.202).
- ¹⁹ No Brasil, em 2005, já ultrapassava de 338.000 o número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil) em operação, executando políticas de responsabilidade social (IBGE, 2008).